

AS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA EDUCAÇÃO SUPERIOR NO BRASIL NOS ÚLTIMOS TRINTA ANOS: uma visão geoeconômica ¹

Luana Guidoni ²

Pierre Alves Costa³

119

Resumo. O presente trabalho tem como objetivo pontuar algumas das políticas públicas realizadas na área da educação superior a partir dos anos 1990; com ênfase no período de 2003 a 2010 – correspondendo ao governo de Luís Inácio Lula da Silva. Para isso, recorreremos à revisão bibliográfica e a dados secundários oriundos de órgãos como o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). Nos últimos trinta anos houve a implantação de diversas políticas voltadas para o ensino superior; as quais auxiliaram no aumento do número de instituições e matrículas por todo o território brasileiro. Porém, ressalta-se que essas políticas ainda necessitam de continuidade e maior desenvolvimento com o fim de assegurar um ensino de qualidade e excelência a todos os cidadãos brasileiros.

Palavras-chave: Políticas territoriais; Democratização do ensino superior; Desenvolvimento socioespacial.

¹Este artigo representa um segmento da pesquisa de Mestrado em fase de conclusão (Geografia/UNICENTRO), intitulada “A geoeconomia do ensino superior nas cidades médias, um estudo de caso: a UNICENTRO (Campus CEDETEG) – Guarapuava (PR)”; de Luana Guidoni; financiada pela CAPES.

² Licenciada em Geografia e Mestranda em Geografia, Universidade Estadual do Centro-Oeste (UNICENTRO)/PR, luanaguidoni@gmail.com, <https://orcid.org/0000-0001-5625-7241>.

³Professor do Departamento de Geografia e do Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Estadual do Centro-Oeste (UNICENTRO)/PR, alvespierre75@gmail.com, <https://orcid.org/0000-0001-7927-3367>

GUIDONI; COSTA, *As políticas públicas para educação superior no Brasil nos últimos trinta anos: uma visão geoeconômica.*

Doi: [10.51308/continentes.v1i23.443](https://doi.org/10.51308/continentes.v1i23.443)

PUBLIC POLICIES FOR HIGHER EDUCATION IN BRAZIL OVER THE PAST THIRTY YEARS: a geoeconomic perspective

Summary: This paper aims to highlight some of the public policies implemented in the area of higher education since the 1990s, focusing on the period from 2003 to 2010 – which corresponds to Luís Inácio Lula da Silva’s first two terms as president of Brazil. To do so, we relied on literature review and secondary data from organizations such as the National Institute of Studies and Educational Research Anísio Teixeira (INEP). Over the past thirty years, several policies have been implemented to promote higher education, which have contributed to the increase in the number of institutions and enrollments throughout Brazil. However, it should be emphasized that these policies still need continuity and further development to ensure quality and excellence in the education provided for all Brazilian citizens.

Keywords: Territorial policies; Democratization of higher education; Socio-spatial development.

LAS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA LA EDUCACIÓN SUPERIOR EN BRASIL EN LOS ÚLTIMOS TREINTA AÑOS: una visión geoeconómica

Resumen: El presente trabajo tiene como objetivo señalar algunas de las políticas públicas realizadas en el ámbito de la educación superior a partir de los años 1990; con énfasis en el período de 2003 a 2010 – correspondiente al gobierno de Luís Inácio Lula da Silva. Para ello, recurrimos a una revisión bibliográfica y datos secundarios de organismos como el Instituto Nacional de Estudios e Investigaciones Educativas Anísio Teixeira (INEP). En los últimos treinta años se han implementado varias políticas dirigidas a la educación superior; lo que ayudó a aumentar el número de instituciones y matrículas en todo el territorio brasileño. Sin embargo, cabe destacar que estas políticas aún necesitan continuidad y un mayor desarrollo para garantizar una enseñanza de calidad y excelencia a todos los ciudadanos brasileños.

Palabras clave: Políticas territoriales; Democratización de la enseñanza superior; Desarrollo socioespacial.

Introdução:

No Brasil o acesso a uma educação de qualidade sempre foi privilégio da população mais rica da sociedade; principalmente, quando nos referimos à educação de nível superior. Esse tipo de ensino se desenvolveu de forma tardia no território nacional. Até a chegada da Coroa Portuguesa em 1808, haviam apenas os cursos de Filosofia e Teologia que eram ministrados pelos jesuítas. Posteriormente, foram criados alguns cursos que buscavam atender as necessidades do Estado. Não se tinha o objetivo de desenvolver a educação no país. Assim sendo, apenas as classes de maior poder aquisitivo conseguiam obter uma formação se dirigindo às instituições fora do país. Esse atraso permaneceu por um longo tempo, visto que, a primeira instituição denominada de Universidade só foi oficialmente criada em 1920, sendo a Universidade do Rio de Janeiro (URJ). As Universidades surgiram apresentando um caráter elitista. Essa situação só começou a apresentar mudanças quando foram desenvolvidas políticas que facilitaram o acesso da população mais pobre às instituições de ensino superior. Políticas que promoveram a facilitação da entrada do pobre à Universidade, garantindo seu direito de exercer a cidadania prevista por lei, e fazendo com que milhares de excluídos pudessem sonhar com o tão desejado diploma, que é tido por muitos como a única chance de melhora na qualidade de vida e oportunidade de ascensão social. Entre alguns dos mecanismos utilizados para promover a facilitação do ingresso em Instituições de ensino superior, estão: a concessão de bolsas no setor privado; ampliação da rede de instituições públicas e também do ensino à distância. Partindo da importância que a educação superior possui para a sociedade e desenvolvimento socioespacial de um país, este trabalho tem como objetivo pontuar algumas das políticas públicas desenvolvidas nessa área, com ênfase no período de 2003 a 2010; o qual corresponde ao governo do Luís Inácio Lula da Silva. Para isso, recorreremos à revisão bibliográfica e a dados secundários oriundos de órgãos como o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), entre outros. O artigo tem início com uma revisão do que são as políticas públicas e qual a importância destas para a sociedade, em seguida há uma breve caracterização do governo de

Fernando Henrique Cardoso (1995-2002). Posteriormente, são detalhadas algumas das políticas públicas desenvolvidas durante o governo do Lula que auxiliaram na democratização do acesso ao ensino superior; e, para finalizar, apresentamos um panorama do cenário atual da educação superior no Brasil.

Políticas Públicas: breves apontamentos

As políticas públicas afetam a todos os cidadãos diretamente ou indiretamente, visto que, são instrumentos utilizados pelos representantes políticos para garantir o bem-estar de toda população. Também vale ressaltar que essas políticas auxiliam e direcionam o desenvolvimento socioespacial de um país.

Souza (2006, p.26) resume a política pública como um

Campo do conhecimento que busca, ao mesmo tempo “colocar o governo em ação” e/ou analisar essa ação (variável independente) e, quando necessário, propor mudanças no rumo ou curso dessas ações (variável dependente). A formulação de políticas públicas constitui-se no estágio em que os governos democráticos traduzem seus propósitos e plataformas eleitorais em programas e ações que produzirão resultados ou mudanças no mundo real.

A referida autora também salienta que além dos governantes outros grupos também se envolvem nas formulações das políticas públicas, como os grupos de interesse e os movimentos sociais; cada um com menor ou maior influência dependendo, da política a ser formulada.

De acordo com Moura (2014) as políticas públicas são o conjunto de programas de ação governamental voltados à concretização de direitos sociais; estas sendo uma resposta às demandas apresentadas por atores políticos e sociais, como instituições, organizações, grupo de interesses ou lideranças.

As políticas públicas têm duas características gerais. Primeiro, procura um consenso em torno do que se pretende fazer e deixar de fazer. Visto que, quanto maior for o consenso, melhores são as condições de aprovação e implementação das políticas propostas. Segundo, essas políticas podem definir normas tanto para a ação como para

GUIDONI; COSTA, As políticas públicas para educação superior no Brasil nos últimos trinta anos: uma visão geoeconômica.

Doi: [10.51308/continentes.v1i23.443](https://doi.org/10.51308/continentes.v1i23.443)

a resolução dos eventuais conflitos entre os diversos indivíduos e agentes sociais (AZEVEDO, 2011).

Azevedo (2011) pontua que as políticas podem ser divididas em três tipos: políticas públicas redistributivas; políticas públicas distributivas e políticas públicas regulatórias. As políticas públicas redistributivas têm como objetivo redistribuir renda na forma de recursos e/ou de financiamento de equipamentos e serviços públicos, sendo financiadas pelos estratos sociais de alta renda e destinadas aos estratos de baixa renda.

As políticas públicas distributivas atendem a demandas pontuais de grupos sociais específicos; e, são financiadas pela sociedade como um todo. Através do orçamento público, os beneficiários são pequenos grupos ou indivíduos de diferentes estratos sociais. E as políticas públicas regulatórias visam regular determinado setor, criando normas para o funcionamento dos serviços e a implementação de equipamentos urbanos. É um instrumento que permite normatizar a aplicação de políticas redistributivas e distributivas. Seus efeitos são de longo prazo e, em geral, não trazem benefícios imediatos.

Nas sociedades contemporâneas, uma das principais características das políticas públicas é o seu caráter redistributivo; tendo em vista que as mesmas pretendem produzir oportunidades iguais para atores sociais desiguais (PEREIRA; SILVA, 2010, p. 13). As políticas públicas visam assegurar os direitos previstos na constituição, como o direito a educação. As políticas voltadas para a área da educação podem viabilizar a construção de uma sociedade mais participativa, questionadora e qualificada, dessa forma contribuindo para o desenvolvimento socioespacial do país.

Quando nos referimos às políticas públicas de acesso ao ensino superior podemos considerar que essas buscam a inclusão de grupos que normalmente são considerados marginalizados, como os afrodescendentes; indígenas; e as pessoas de baixa renda que não possuem condições econômicas de custear com a educação superior.

As políticas públicas voltadas para o ensino superior devem garantir a eficiência das instituições, instigando a melhoria de sua qualidade e fortalecendo a capacidade destas se alinharem à sociedade. E devem ser capaz de combinar a necessidade de expansão

GUIDONI; COSTA, As políticas públicas para educação superior no Brasil nos últimos trinta anos: uma visão geoeconômica.

Doi: [10.51308/continentes.v1i23.443](https://doi.org/10.51308/continentes.v1i23.443)

da educação superior de qualidade, com a grande diferenciação institucional; que é característica de uma educação superior que precisa atender a pessoas com perfis socioeconômicos e educacionais muito distintos e a um mercado de trabalho também altamente diferenciado (SEMESP, 2018).

Um período na história brasileira que ficou marcado pelo alto número de políticas públicas voltadas para o ensino superior, e que promoveu uma democratização do acesso às instituições de ensino por um público que até então se encontrava marginalizado, foi durante o governo do presidente Luís Inácio Lula da Silva (2003-2010). Adiante iremos discorrer sobre esse período; porém, antes vamos realizar uma breve caracterização do governo anterior a esse, o de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002).

Governo Fernando Henrique Cardoso (FHC) e a política do ensino superior

Durante o período que esteve na presidência (1995-2002), FHC nomeou o economista Paulo Renato de Souza para ministro da educação. Seu governo foi marcado pela estabilidade econômica alcançada através do Plano Real⁴. E promoveu importante reforma do Estado brasileiro a qual implicou, principalmente, na privatização de empresas públicas, e trouxe como importante elemento iniciativas de desregulamentação da Administração Federal e, conseqüentemente, da administração pública, instaurando um modelo de gestão das políticas sociais assentado na descentralização. Esse modelo trouxe conseqüências consideráveis para a educação (OLIVEIRA, 2009).

Cunha (2003) destaca que uma das características marcantes da educação nesse período era o papel econômico que esta assumia, como “base do novo estilo de desenvolvimento”; cujo dinamismo vem do progresso científico e tecnológico. Sua

⁴ O Plano Real (2004) foi um conjunto de reformas econômicas implementadas no Brasil, durante o governo de Itamar Franco (1992-1994), tendo como principal objetivo combater a hiperinflação que assolava o país. Essa tarefa foi delegada ao Ministério da Fazenda; tendo como Ministro Fernando Henrique Cardoso.

proposta de governo procurou estabelecer uma parceria entre setor privado e governo, entre universidade e indústria; tanto na gestão quanto no financiamento do sistema brasileiro de desenvolvimento científico e tecnológico.

No governo de FHC, as diretrizes políticas passaram pela tentativa de caracterização da educação superior como um serviço público não estatal; da diminuição significativa do financiamento estatal na manutenção das universidades federais; da mudança do papel do Estado, de financiador para regulador; da privatização; do incentivo de fontes alternativas de financiamento; das parcerias público-privadas; da diferenciação e competitividade entre instituições; da expansão de baixo custo; do ensino à distância; dos sistemas de avaliação; da formação para atender ao mercado de trabalho. Nessa perspectiva, as universidades passaram a ser vistas a partir de uma visão mais pragmática e utilitária dos seus serviços, seja na formação profissional, seja na produção da ciência e da tecnologia, modificando expressivamente os referenciais da sua finalidade e relevância social. (FERREIRA, 2012, p. 461).⁵

O período do governo Fernando Henrique é marcado por uma nova expansão do setor privado de ensino que tem continuidade no governo de Lula. Ocorre um processo de mercadorização das relações sociais, orientadas pelo ideário neoliberal sedimentado no país. Podemos visualizar a evolução das Instituições de ensino superior na tabela 1, onde destaca-se o aumento de 743 (83,11 %) de novas Instituições, no período de 1995 a 2022.

Tabela 1. Instituições de ensino superior no Brasil, 1995-2002.

Ano	Privada	Pública	Total
1995	684	210	894
1996	711	211	922
1997	689	211	900

⁵ Os autores deste artigo não concordam com a visão neoliberal do papel da educação. E defendem uma participação pública intensa nos três segmentos de Ensino (Fundamental, Médios e Superior).

GUIDONI; COSTA, *As políticas públicas para educação superior no Brasil nos últimos trinta anos: uma visão geoeconômica.*

Doi: [10.51308/continentes.v1i23.443](https://doi.org/10.51308/continentes.v1i23.443)

1998	764	209	973
1999	905	192	1.097
2000	1004	176	1.180
2001	1.208	183	1.391
2002	1.442	195	1.637

Fonte: INEP, 2012.
Org.: GUIDONI; COSTA, 2023.

Quando nos referimos às matrículas nos estabelecimentos de ensino em 1995 estas eram 1.759.703, sendo que 700.540 (39,8%) correspondiam ao setor público e 1.059.163 (60,2%) ao setor privado. Em 2002 as matrículas eram 3.436.734, sendo que 1.014.50 (29,5%) eram do setor público e 2.422.194 (70,5%) do setor privado. Percebe-se nesse período analisado que houve a diminuição de Instituições públicas de ensino superior e também da porcentagem de matrículas que estas representavam. Já o setor privado apresentou uma expansão de 110% no número de instituições e 128% das matrículas.

Esse crescimento das instituições privadas de Educação Superior de um lado pode ser considerado positivo; na medida em que criou possibilidades de acesso ao Ensino Superior a uma maior parcela da população em várias regiões do país. Porém,

GUIDONI; COSTA, *As políticas públicas para educação superior no Brasil nos últimos trinta anos: uma visão geoeconômica.*

Doi: [10.51308/continentes.v1i23.443](https://doi.org/10.51308/continentes.v1i23.443)

A expansão aconteceu em detrimento da qualidade, uma vez que muitas escolas foram criadas sem corpo docente especializado e qualificado, sem infraestrutura mínima e necessária ao funcionamento e, ainda, com acesso restrito a uma camada da população. Além do mais, a maioria das instituições privadas de nível superior se dedica apenas ao ensino, pois não oferece apoio à pesquisa e produção do conhecimento e, muito menos, às atividades de extensão universitária. (BORGES; AQUINO, 2012, p.131).

A relação entre os setores público e privado de ensino é relativamente estável entre 1933 e 1965, havendo o predomínio do setor público. A partir de 1965, com o início do governo militar, o setor privado começa a crescer mais intensamente que o público, ultrapassando o em número de matrículas em 1970. A partir desta data, o predomínio do setor privado cresce de forma contínua (DURHAM, 2010).

Governo Luís Inácio Lula da Silva (2003-2010): breve análise da política educacional

Podemos considerar que a partir de 2003, o Brasil passou por uma ampliação de políticas públicas de transferência de renda, adotando um novo padrão de crescimento focado na produção e consumo de massa; com o objetivo de estimular o desenvolvimento socioespacial e reduzir a pobreza principalmente das regiões mais pobres do país (ARAÚJO, 2013).

Gentili e Oliveira (2013) apontam que a partir desse período, as políticas públicas orientadas para promover uma melhor distribuição de renda e o acesso dos mais pobres a uma ampla esfera de direitos aumentaram significativamente. O aumento progressivo e sistemático do gasto público social durante os dois governos do presidente Lula é uma clara evidência disso, chegando a R\$ 638,5 bilhões, 15,24% do Produto Interno Bruto (PIB).

Durante o governo Lula a educação passa a ser vista como um bem público necessário para a ampliação de uma esfera de direitos historicamente negados ao povo brasileiro. Dessa forma, ocorre um direcionamento de políticas que fomentam o acesso ao ensino superior no Brasil, buscando reduzir a desigualdade existente. Fernando Haddad, foi o escolhido para ser ministro da educação. Dentre as políticas que auxiliaram na

GUIDONI; COSTA, As políticas públicas para educação superior no Brasil nos últimos trinta anos: uma visão geoeconômica.

Doi: [10.51308/continentes.v1i23.443](https://doi.org/10.51308/continentes.v1i23.443)

democratização do ensino superior, destacamos a do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), em 2007.

O Plano de Desenvolvimento da Educação foi lançado em 2007 e tinha como um de seus principais objetivos reverter o quadro educacional brasileiro atendendo às demandas da educação superior. Estando alicerçado nos seguintes princípios: a) a expansão de oferta de vagas; b) a garantia de qualidade; c) promoção de inclusão social pela educação; d) a ordenação territorial, permitindo que o ensino de qualidade seja acessível às regiões mais remotas do país; e e) desenvolvimento econômico e social.

Alguns dos programas instituídos pelo governo federal que são considerados os pilares para a democratização do acesso à educação superior são: a) o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI); b) o Programa Universidade para Todos (PROUNI); c) a Universidade Aberta do Brasil (UAB).

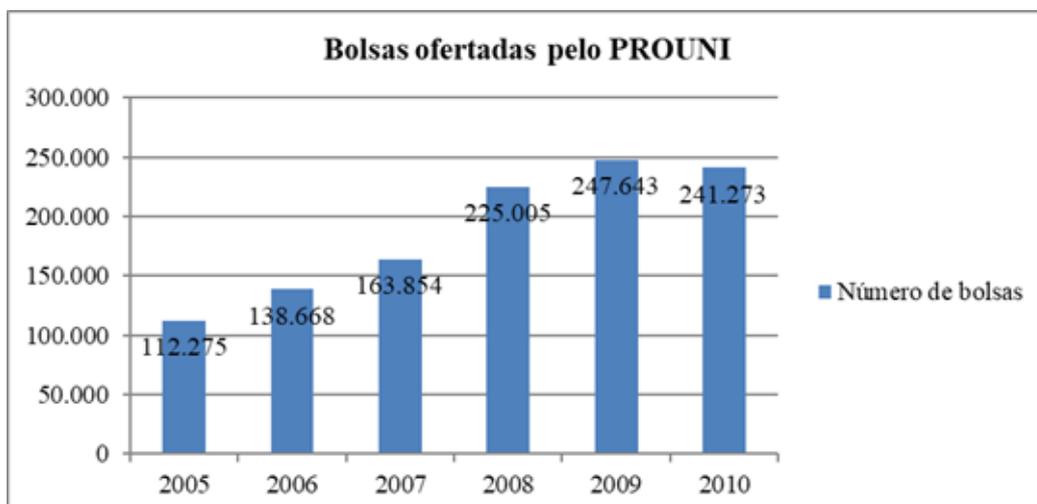
O PROUNI é um tipo de política pública que tem como objetivo garantir o acesso e permanência de alunos de baixa renda no ensino superior. O programa foi criado em 2004, pela Lei nº 11.096/2005, e tem como finalidade a concessão oferece de estudo, integrais e parciais (50%), para estudantes de cursos de graduação e de cursos sequenciais de formação específica; em instituições privadas de educação superior. Para concorrer às bolsas integrais, o estudante deve comprovar renda familiar bruta mensal, por pessoa, de até 1,5 salário mínimo. Para as bolsas parciais (50%), a renda familiar bruta mensal deve ser de até 3 salários mínimos por pessoa.

Somente pode se inscrever no Prouni o estudante brasileiro que não possui diploma de curso superior e que tenha participado do Enem mais recente e obtido, no mínimo, 450 pontos de média das notas. Além disso, o estudante não pode ter tirado zero na redação. O número de bolsas ofertadas pelo programa apresentou um crescimento significativo com o passar dos anos, como podemos visualizar no gráfico 1. Em todos os anos destacados a maior porcentagem das bolsas ofertadas eram integrais. Em 2005 as integrais eram de 71.905 e as parciais 40.370, no ano de 2010, as bolsas integrais eram 125.922 e as parciais 115.531.

GUIDONI; COSTA, As políticas públicas para educação superior no Brasil nos últimos trinta anos: uma visão geoeconômica.

Doi: [10.51308/continentes.v1i23.443](https://doi.org/10.51308/continentes.v1i23.443)

Gráfico 1. Número de bolsas ofertadas pelo PROUNI* de 2005 a 2010.



Fonte: MEC, 2021.

Org.: GUIDONI; COSTA, 2023.

* Programa Universidade para Todos

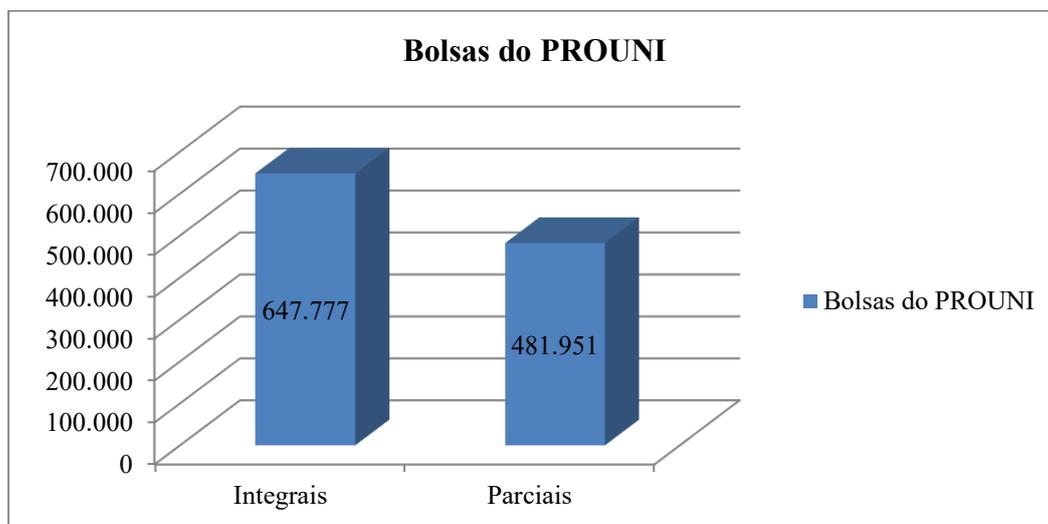
No gráfico 2 podemos observar a distribuição de bolsas ofertadas no período de 2005 a 2010 conforme sua categoria. Foram 647.777 mil bolsas integrais e 481.951 bolsas parciais, as quais auxiliaram com que 1.129.728 mil pessoas de baixa renda ingressassem no ensino superior privado.

Uma das polêmicas que giram em torno do Prouni são as isenções fiscais. Moura (2014) salienta que as instituições de ensino que participam do Prouni ficam isentas de uma série de impostos e incentivos fiscais, dentre eles: o Imposto de Renda da Pessoa Jurídica, Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, Contribuição Social para Financiamento da Seguridade Social e Contribuição para o Programa de Integração Social.

GUIDONI; COSTA, *As políticas públicas para educação superior no Brasil nos últimos trinta anos: uma visão geoeconômica.*

Doi: [10.51308/continentes.v1i23.443](https://doi.org/10.51308/continentes.v1i23.443)

Gráfico 2. Número de bolsas ofertadas pelo PROUNI* de acordo com o tipo de bolsa – 2005-2010 – Brasil.



Fonte: MEC, 2021.

Org.: GUIDONI; COSTA, 2023.

* Programa Universidade para Todos

Os estudos de Saraiva e Nunes (2011) apontam que, de acordo com os bolsistas, o programa é efetivo à medida que satisfaz às suas expectativas imediatas de acesso à escolaridade superior; e, lhes proporciona efeitos positivos. Por outro, mostram problemas de desempenho, uma vez que não consegue concretizar, de fato, o acesso à educação. Se verifica um estímulo à proliferação das instituições de ensino superior particulares, que abrem suas portas em troca de isenções fiscais, o que indica que muito precisa ser feito para uma significativa mudança no segmento.

Em complementariedade de ideias, Catani et.al (2006, p. 126) afirmam que,

Em suma, o Prouni promove uma política pública de acesso à educação superior, pouco se preocupando com a permanência do estudante, elemento fundamental para sua democratização. Orienta-se pela concepção de assistência social, oferecendo benefícios e não direitos aos bolsistas. Os cursos superiores ofertados nas IES privadas e filantrópicas são, em sua maioria, de qualidade questionável e voltados às demandas imediatas do mercado.

Os referidos autores também destacam que o programa mantém o sistema de ensino nos moldes privatizantes traçados durante os anos 1990, trazendo uma noção falsa de

GUIDONI; COSTA, *As políticas públicas para educação superior no Brasil nos últimos trinta anos: uma visão geoeconômica.*

Doi: [10.51308/continentes.v1i23.443](https://doi.org/10.51308/continentes.v1i23.443)

democratização; pois, legítima distinção dos estudantes por camada social de acordo com o acesso aos diferentes tipos de instituições.

Para Gentili e Oliveira (2013), o PROUNI apesar de ser muito criticado por alguns setores, contribuiu para democratizar e dinamizar o acesso a instituições de ensino superior; e, mesmo com algumas limitações, o programa dotou de sentido público e social um segmento do sistema educacional marcado pela especulação, baixa qualidade, interesse de lucro e falta de controle estatal.

Outro programa que surgiu com objetivo de ampliar o acesso e a permanência na educação é o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), o qual foi instituído pelo Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007, e é uma das ações que integram o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE). Com o REUNI, o governo federal adotou uma série de medidas para retomar o crescimento do ensino superior público, criando condições para que as Universidades Federais promovam a expansão física, acadêmica e pedagógica da rede federal de educação superior (MEC, 2010).

Em sua formulação, o Reuni teve como principais objetivos:

Garantir às universidades as condições necessárias para a ampliação do acesso e permanência na educação superior; assegurar a qualidade por meio de inovações acadêmicas; promover a articulação entre os diferentes níveis de ensino, integrando a graduação, a pós-graduação, a educação básica e a educação profissional e tecnológica; e otimizar o aproveitamento dos recursos humanos e da infraestrutura das instituições federais de educação superior. (MEC, 2009, p. 3).

Houve a totalidade de adesão das Universidades existentes no ano de criação do programa; as propostas submetidas tinham ênfase no processo de interiorização dessas instituições. Autores como Borges e Aquino (2012) e Tonegutti e Martinez (2007) corroboram com a ideia de que se tem uma controvérsia entre a expansão universitária e a qualidade de ensino que é ofertado a partir do REUNI. Ambos pontuam que a ampliação da oferta de vagas é extremamente necessária; porém, esta deve ser feita juntamente com um investimento em infraestrutura e uma melhor formação e valorização dos professores.

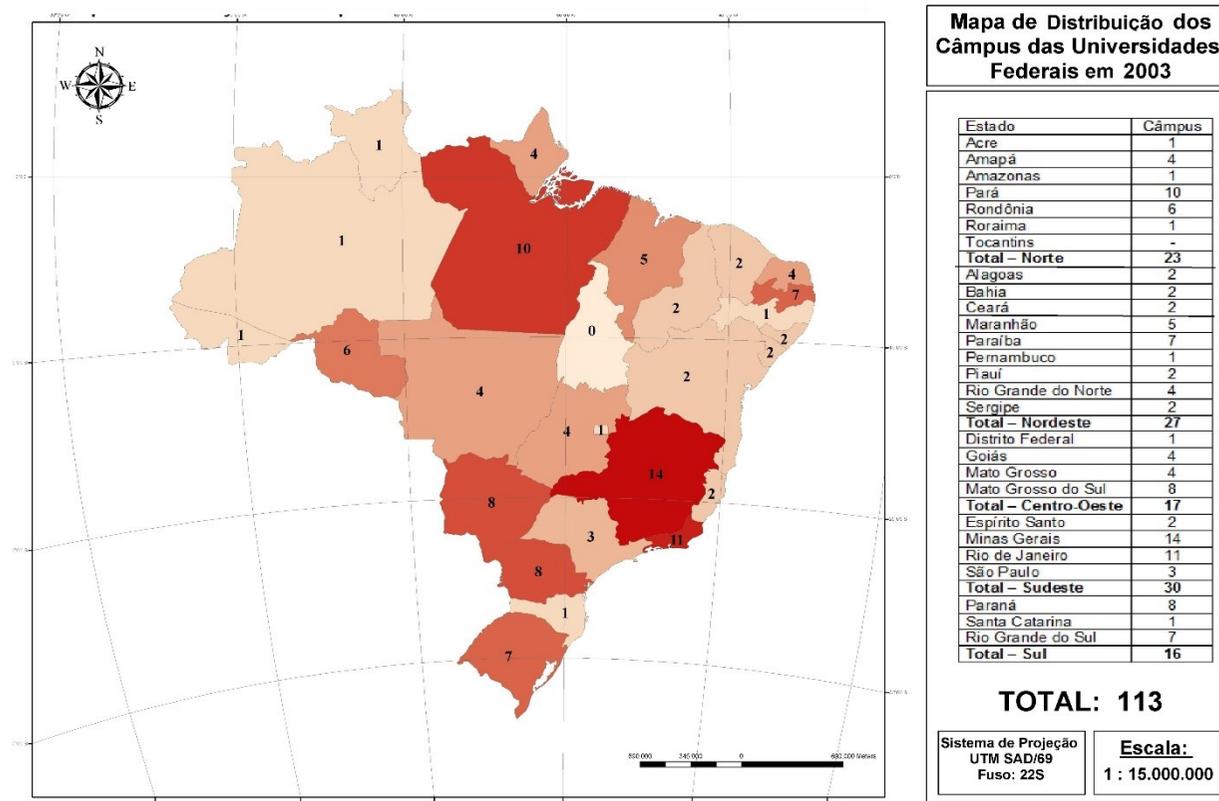
GUIDONI; COSTA, As políticas públicas para educação superior no Brasil nos últimos trinta anos: uma visão geoeconômica.

Doi: [10.51308/continentes.v1i23.443](https://doi.org/10.51308/continentes.v1i23.443)

O REUNI modificou a **distribuição espacial** da Universidade Pública, provocando a interiorização do ensino superior brasileiro. Houve uma expansão das IES que procurou atender ao aspecto demográfico e também respondeu por uma descentralização territorial. Mesmo as regiões menos populosas e povoadas, como a Região Norte, tiveram um incremento importante no número de campus. Entre 2003 e 2012 foram abertos 135 novos campus (aumento de 119,47%); possibilitando, apesar de estar em processo de implantação, a oportunidade de acesso de ensino superior no interior dos estados brasileiros (BELONI, 2014) – vides figuras 1 a 3.

Outro programa que merece destaque é o Universidade Aberta do Brasil (UAB), criado por meio do Decreto nº 5800 de 2006. O programa busca ampliar e interiorizar a oferta de cursos e programas de educação superior, por meio da educação à distância. A prioridade é oferecer formação inicial a professores em efetivo exercício na educação básica pública, porém ainda sem graduação, além de formação continuada àqueles já graduados. Também pretende ofertar cursos a dirigentes, gestores e outros profissionais da educação básica da rede pública. Outro objetivo do programa é reduzir as desigualdades na oferta de ensino superior e desenvolver um amplo sistema nacional de educação superior à distância (MEC, 2018).

Figura 1. Mapa com a distribuição espacial dos Câmpus das Universidades Federais – Brasil – 2003.



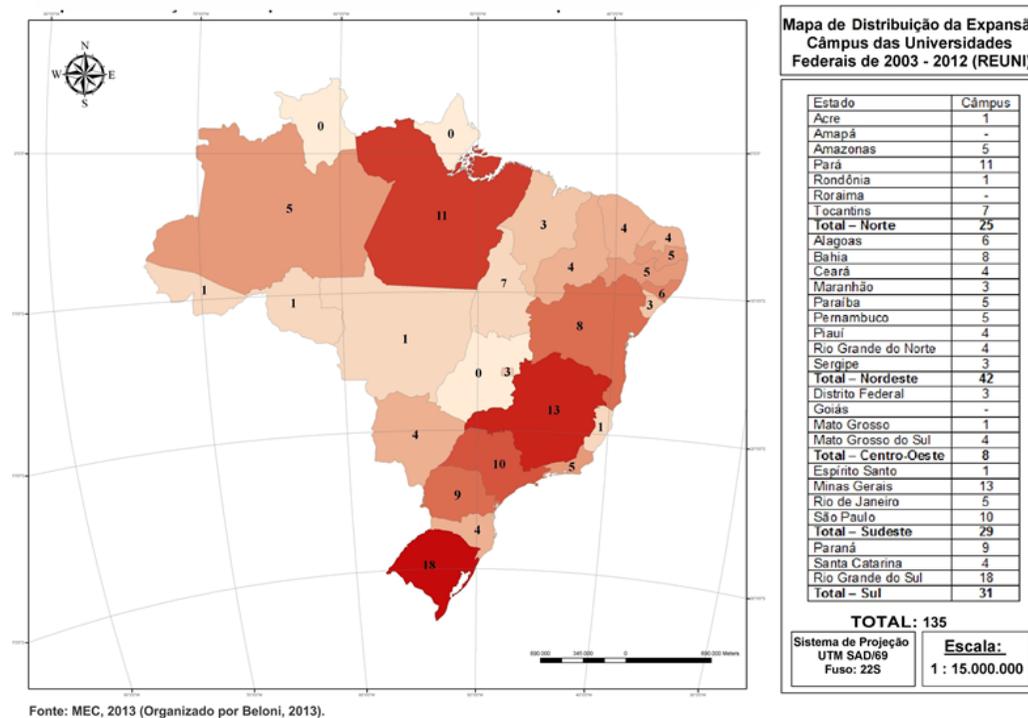
Fonte: MEC, 2013 (Organizado por Beloni, 2013)

Fonte: BELONI, 2014, p. 110.

GUIDONI; COSTA, *As políticas públicas para educação superior no Brasil nos últimos trinta anos: uma visão geoeconômica.*

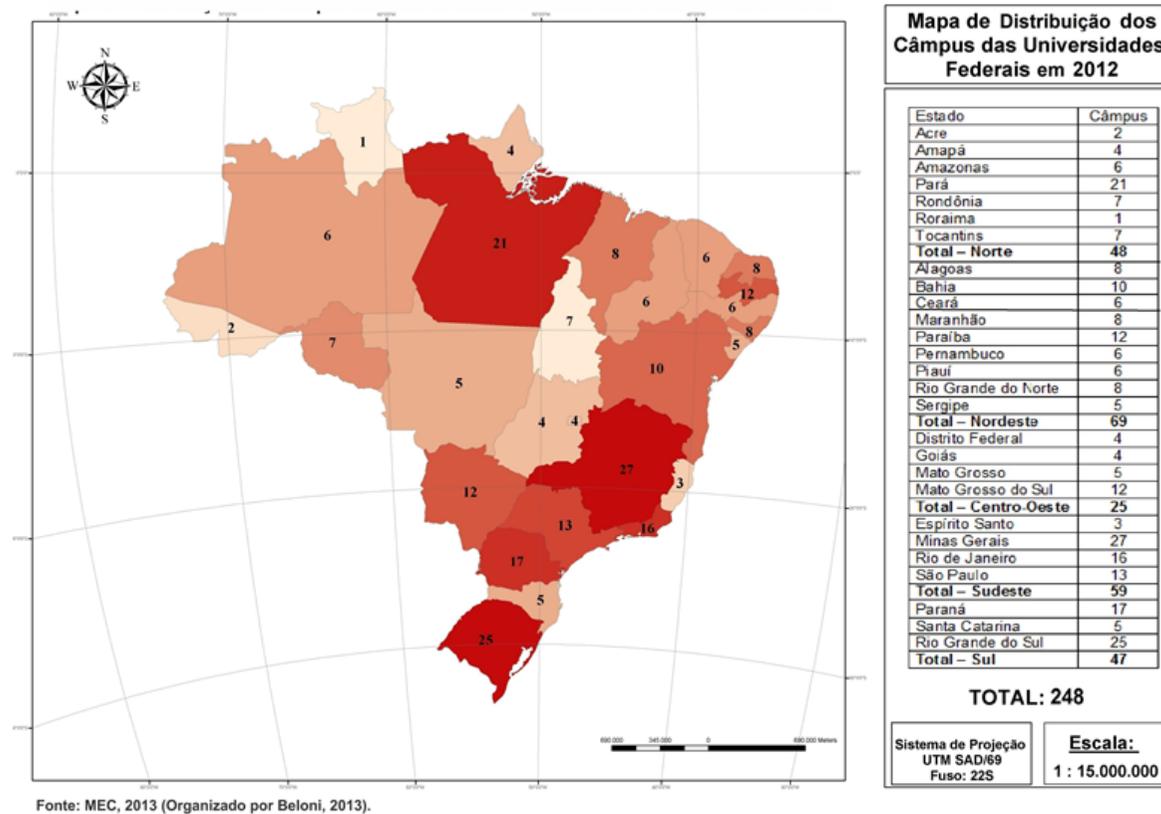
Doi: [10.51308/continentes.v1i23.443](https://doi.org/10.51308/continentes.v1i23.443)

Figura 2. Mapa com a expansão dos Câmpus das Universidades Federais – Brasil (REUNI) – 2003 a 2012.



Fonte: BELONI, 2014, p. 111.

Figura 3. Mapa com a distribuição espacial dos Câmpus das Universidades Federais – Brasil – 2012.



Fonte: BELONI, 2014, p. 112.

GUIDONI; COSTA, *As políticas públicas para educação superior no Brasil nos últimos trinta anos: uma visão geoeconômica.*

Doi: [10.51308/continentes.v1i23.443](https://doi.org/10.51308/continentes.v1i23.443)

O Sistema UAB busca articular as instituições públicas já existentes, possibilitando levar ensino superior público de qualidade a cidadãos residentes em municípios brasileiros que não possuem cursos de formação superior ou cujos cursos ofertados não atendem adequadamente a todos os interessados da região. (MILL, 2011, p. 282).

De acordo com o Ministério da Educação/MEC (2018), a UAB possui 555 polos, sendo distribuídos da seguinte forma: Região Norte 85 polos; Nordeste 176; Centro-Oeste 45; Sul 97 e Sudeste 152 pólos. A UAB é uma política pública que possibilitou com que aquela população que estava impossibilitada de frequentar uma formação gratuita devido a inexistência de instituições em suas localidades, pudessem ter acesso ao diploma. Verifica-se que houve um grande aumento das matrículas em cursos Educação a Distância (EaD), visto que no ano de 2005 se tinha 114.624 matrículas e em 2010 o número era de 930.179; representando um acréscimo de 711,50 %.

A partir da explanação sobre algumas das políticas desenvolvidas no governo Lula que contemplaram a educação superior pudemos observar que apesar de ainda haverem entraves e necessidade de melhorias em diversos aspectos, essas políticas auxiliaram a uma grande parcela da população que a algum tempo atrás não teria chance de ter acesso a uma instituição de ensino superior a serem incluídos nesse processo. Assim sendo, apontamos a relevância dos aspectos positivos dessas políticas, em detrimento dos aspectos negativos. Abaixo trouxemos alguns números que fornecem um panorama quantitativo em relação ao ensino superior desse período.

Tabela 2 – Evolução do número de Instituições de Ensino superior no Brasil 2003-2010.

Ano	Privada	Pública	Total
2003	1652	207	1859
2004	1789	224	2013
2005	1934	231	2165
2006	2022	248	2270
2007	2032	249	2281
2008	2016	236	2252
2009	2069	245	2314
2010	2100	278	2378

Fonte: INEP, 2010. Org.: GUIDONI; COSTA, 2023.

GUIDONI; COSTA, As políticas públicas para educação superior no Brasil nos últimos trinta anos: uma visão geoeconômica.

Doi: [10.51308/continentes.v1i23.443](https://doi.org/10.51308/continentes.v1i23.443)

Conforme exposto na tabela 2, no ano de 2008, pela primeira vez desde 1997, o número de IES passou por uma diminuição, principalmente as faculdades federais, visto que algumas instituições passaram por processos de integração, fusão ou compra nos últimos anos. O declínio no número das IES, no ano de 2007, não se refletiu na oferta de vagas, número de ingressos, matrículas e concluintes, que mantiveram um crescimento semelhante aos dos anos anteriores.

No que se refere à participação percentual das instituições por categoria administrativa, em 2010, as instituições privadas totalizavam 88,3%; na esfera pública as estaduais 4,5%, as federais 4,2% e as municipais 3,0%. Das 2.378 instituições, 85,2% eram Faculdades, 8,0% Universidades, 5,3% Centros Universitários e 1,6% Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFs) e Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFETs).

Tabela 3. Evolução do Número de Matrículas no Brasil (2003-2010) – Brasil.

Ano	Privada	Pública	Total
2003	2.760.759	1.176.174	3.936.933
2004	3.009.027	1.214.317	4.223.344
2005	3.321.094	1.246.704	4.567.798
2006	3.632.487	1.251.365	4.883.852
2007	3.914.970	1.335.177	5.250.147
2008	4.255.064	1.552.953	5.808.017
2009	4.430.157	1.523.864	5.954.021
2010	4.736.001	1.643.298	6.379.299

Fonte: INEP, 2010.

Org.: GUIDONI; COSTA, 2023.

As matrículas seguem essa mesma tendência, havendo a concentração cada vez maior no setor privado, em detrimento do público. Em 2010 as matrículas nas instituições privadas representavam 74,2%, contra 25,9% nas públicas.

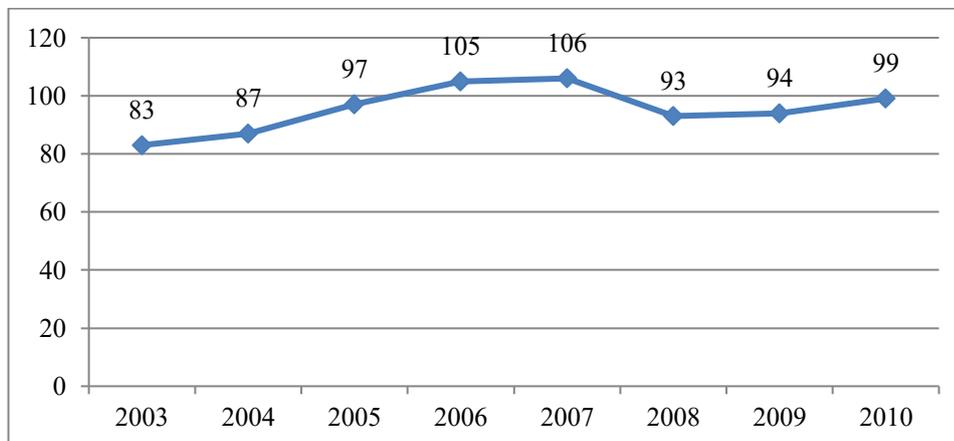
Programas como o REUNI auxiliaram na ampliação de Instituições de Ensino Federais conforme explicitado no gráfico 3 e também contribuíram com aumento de matrículas

GUIDONI; COSTA, As políticas públicas para educação superior no Brasil nos últimos trinta anos: uma visão geoeconômica.

Doi: [10.51308/continentes.v1i23.443](https://doi.org/10.51308/continentes.v1i23.443)

nessa categoria administrativa. Indo de 583.633 matrículas em 2003, para 938.656 em 2010; significando uma expansão de 60,83%.

Gráfico 3. Evolução do número de Instituições de Ensino Superior Federal (2003-2010) – Brasil.



Fonte: MEC, 2010.
Org.: GUIDONI; COSTA, 2023.

Cenário atual da Educação Superior no Brasil

De acordo com o Censo da Educação Superior realizado no ano de 2020 (INEP, 2022), esse cenário da educação superior construído nas últimas décadas permanece praticamente inalterado. As matrículas em 2020, eram 8.680.354, dentre essas 6.724.002, ou seja, 77,5% pertenciam à rede privada de ensino e 1.956.352 representando 22,5% a rede pública; conforme podemos observar na tabela 4. Quando se comparam os anos de 2010 e 2020, observa-se um aumento no número de matrículas de 42,0% na rede privada e de 19,1% na rede pública.

GUIDONI; COSTA, *As políticas públicas para educação superior no Brasil nos últimos trinta anos: uma visão geoeconômica.*

Doi: [10.51308/continentes.v1i23.443](https://doi.org/10.51308/continentes.v1i23.443)

Tabela 4 - Número de Instituições de Educação Superior e Matrículas de Graduação, segundo a Organização Acadêmica – Brasil – 2020.

Organização Acadêmica	Instituições		Matrículas	
	Total	%	Total	%
Universidades	203	8,3	4.714.434	54,3
Centro Universitários	322	13,1	2.345.444	27,0
Faculdades	1.891	77,0	1.402.786	16,2
IFs* e Cefets	40	1,6	217.690	2,5
Total	2.456	100,0	8.680.354	100,0

Fonte: INEP, 2022.

Org.: GUIDONI; COSTA, 2023.

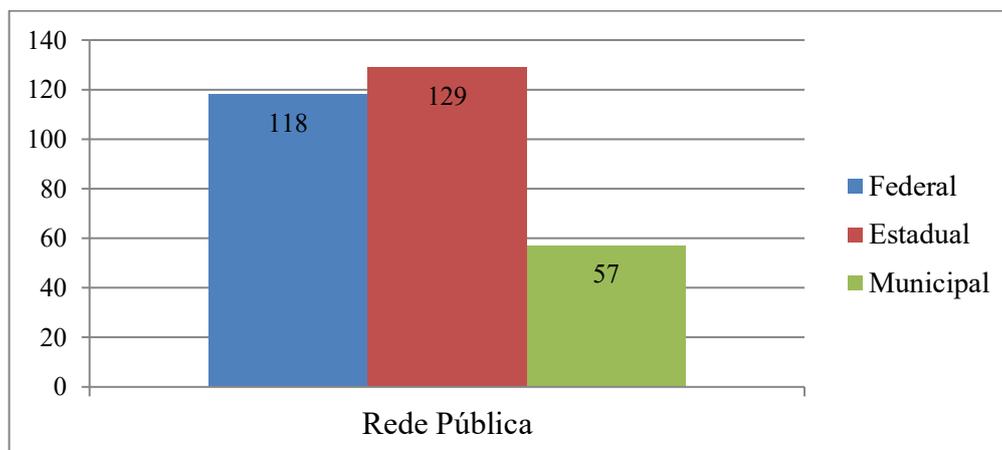
*Institutos Federais

Entre as categorias públicas, a rede federal foi a categoria que apresentou maior crescimento no número de matrículas entre 2010 e 2020 (33,6%). No mesmo período, a rede estadual registrou crescimento no número de matrículas de 3,8%, enquanto a rede municipal registrou diminuição no número de matrículas de 24,1%.

Dentre as IES existentes no Brasil em 2020, 304 são públicas e 2.153 privadas. Considerando as IES públicas, 42,4% são estaduais, 38,8% federais e 18,8% municipais. A maior parte das universidades são públicas (55,2%), no setor privado ocorre a predominância das faculdades (81,4%).

Apesar das Universidades representarem apenas 8,1% do total de IES, elas são responsáveis por 54,3% das matrículas de graduação. As Faculdades mesmo sendo em um número muito maior são responsáveis por 16,2% das matrículas. Considerando a rede federal, 82,2% das matrículas estão em Universidades, seguidas pelos Institutos Federais com 17,4%. As duas organizações representam 99,5% do número de matrículas em cursos de graduação da rede federal.

Gráfico 4. Instituições de ensino superior da rede pública dividida por categorias administrativas – Brasil – 2020.



Fonte: INEP, 2022.
Org.: GUIDONI; COSTA, 2023.

Em nível de Brasil o número de matrículas em cursos de graduação a distância tem crescido significativamente nos últimos anos, aumentando sua participação de 930.179 matrículas em 2010 para 3.105.803 em 2020, representando 35,8% do total de matrículas de graduação. O número de matrículas em cursos de graduação presencial diminuiu -9,4% entre 2019 e 2020 e houve o aumento de 26,8% nos cursos a distância. Em relação ao grau acadêmico, 64,21% das matrículas são do bacharelado, os cursos de licenciatura representam 19,2% e os tecnológicos, 16,6%. De 2010 a 2020, as matrículas nos cursos tecnológicos aumentaram mais de 83%, do bacharelado 31,5% e de licenciatura 22,8%.

De acordo com o Semesp (2020) as áreas que apresentam o maior número de matrículas são a de negócios, administração e direito, em seguida a área da educação e posteriormente a da saúde. Há um desequilíbrio em relação às áreas que essas matrículas se distribuem, ocorrendo uma concentração de alunos em áreas que já estão saturadas com excesso de profissionais como direito e administração, e faltam alunos em áreas promissoras que estão em pleno desenvolvimento como a de Tecnologia da Informação (TI). Nota-se também que a rede privada é mais orientada pela demanda existente, enquanto a rede pública consegue ofertar uma diversidade maior de cursos.

GUIDONI; COSTA, As políticas públicas para educação superior no Brasil nos últimos trinta anos: uma visão geoeconômica.

Doi: [10.51308/continentes.v1i23.443](https://doi.org/10.51308/continentes.v1i23.443)

Muitos desses alunos que ingressam na rede privada de ensino utilizam de algum tipo de financiamento, ou recebem auxílio de bolsa. No Brasil 3.865.025 alunos possuíam algum tipo de financiamento no ano de 2019. Sendo que destas 658.528 eram por meio do Fundo de Financiamento Estudantil (FIES), e 2.458.181 pelas próprias instituições (INEP, 2019). O FIES passou por uma queda a partir de 2015 e os financiamentos próprios das IES passaram a aumentar. Em relação ao ProUni, no primeiro semestre de 2020 foram ofertadas 252,5 mil bolsas; destas 122 mil eram integrais e 130 mil parciais (SEMESP, 2020).

O financiamento auxilia na escolha do curso, visto que o aluno que ingressa via FIES entra mais vocacionado, escolhendo o curso e a IES que quer cursar. Dessa forma, ocorre um número menor de evasão. Já sem o FIES, a evasão é maior porque o estudante escolhe pela facilidade de ingresso e pelo preço do curso (SEMESP, 2020).

Considerações Finais

A educação superior no Brasil surgiu de forma tardia e já com características excludentes e segregacionistas. A população mais pobre foi marginalizada do acesso à educação e esse cenário só apresentou melhoras quando houve a intervenção do estado através de políticas públicas que auxiliaram a diminuir essa desigualdade. As políticas públicas são fundamentais para o desenvolvimento de uma sociedade mais justa e igualitária, auxiliando no cumprimento dos direitos básicos que todos temos enquanto cidadãos.

Nos últimos trinta anos houveram o desenvolvimento de várias políticas voltadas para o ensino superior; as quais auxiliaram no aumento do número de instituições e matrículas por todo o território brasileiro. Destacamos que durante o governo Lula teve um avanço expressivo nesse setor, o qual auxiliou muitos indivíduos a conquistarem a tão almejada qualificação profissional. Essa facilitação se deu por diversos motivos: concessão de bolsas em instituições privadas, expansão dos campi

GUIDONI; COSTA, As políticas públicas para educação superior no Brasil nos últimos trinta anos: uma visão geoeconômica.

Doi: [10.51308/continentes.v1i23.443](https://doi.org/10.51308/continentes.v1i23.443)

universitários, facilitação do ingresso nas instituições por meio do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), Programa Universidade Sem Fronteiras etc.

Porém como foi discutido no decorrer deste artigo, essas políticas ainda necessitam de muitas melhoras para conseguir assegurar um ensino de qualidade, e excelência a todos. Ainda possuímos um quadro muito desigual e concentrador das instituições. Mas já declaro que é uma grande vitória ter filhos de domésticas, pedreiros, garis, se formando em instituições que há tempos atrás eram destinadas apenas aos filhos dos empresários, dos fazendeiros, enfim da classe dominante brasileira.

Referências Bibliográficas

- ARAÚJO, T. B de. Desenvolvimento regional brasileiro e políticas públicas federais no governo Lula. In: Sader; E. (org.). **10 anos de governos pós-neoliberais no Brasil: Lula e Dilma**. Boitempo Editorial: São Paulo, 2013, p. 157- 171.
- AZEVEDO, S de. Políticas públicas: discutindo modelos e alguns problemas de implementação. In: SANTOS JR., Orlando A. et al. (org.) **Políticas públicas e gestão local**. Rio de Janeiro: Fase, 2003, p. 17-25.
- BELONI, B. M. **Descentralização territorial da educação profissional e tecnológica do Paraná: determinante de desenvolvimento local?** Dissertação (Mestrado em Geografia). PPGG, UNICENTRO, 2014.
- BORGES, M.C; AQUINO, O. F. Educação Superior no Brasil e as políticas de expansão de vagas do Reuni: avanços e controvérsias. **Educação: Teoria e Prática – Vol. 22, n. 39**, Período jan./abr. 2012.
- CATANI, A. M; HEY, A. P; GILIOLI, R de. S. P. PROUNI: democratização do acesso às Instituições de Ensino Superior? **Educar**, Curitiba, n. 28, p. 125-140, 2006.
- CUNHA, L. A. O ENSINO SUPERIOR NO OCTÊNIO FHC. **Educação & Sociedade**, Campinas, vol. 24, n. 82, p. 37-61, abril 2003.
- DURHAM, E. R. A política educacional do governo Fernando Henrique Cardoso. **Novos Estudos**, São Paulo, nº.88, p. 153-179, nov. 2010.
- FERREIRA, S. Reformas na Educação Superior: de FHC a Dilma Rousseff (1995-2011). **Linhas Críticas**, Brasília, vol. 18, núm. 36, p. 445-472, mai./ago. 2012.

GUIDONI; COSTA, As políticas públicas para educação superior no Brasil nos últimos trinta anos: uma visão geoeconômica.

Doi: [10.51308/continentes.v1i23.443](https://doi.org/10.51308/continentes.v1i23.443)

- GENTILI, P; OLIVEIRA, D. A. dez anos de política educacional no Brasil. In: Sader; E. (org). **10 anos de governos pós-neoliberais no Brasil: Lula e Dilma**. Boitempo Editorial: São Paulo, 2013, p. 253-264.
- INEP (INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA). **Censo da educação superior 2010**: resumo técnico. Brasília: INEP, 2012.
- INEP. **Censo da Educação Superior 2020**: notas estatísticas. Brasília: INEP, 2022.
- INEP. **Censo da Educação Superior 2020**: principais resultados. Brasília: INEP, 2022.
- MILL, D. A Universidade aberta do Brasil. In: LITTO, F. M; FORMIGA, M. (ORGS). **Educação a distância**: o estado da arte, 2. ed. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2012, p. 280-291.
- MEC (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO). **Prouni**. Disponível em: <http://prouniportal.mec.gov.br/>. Acesso em: 10 de mai. 2022.
- MEC. **O que é o REUNI**. 25/03/2010. Disponível em: <http://reuni.mec.gov.br/o-que-e-o-reuni>. Acesso em: 22 de mar. 2022.
- MEC. **Reuni 2008 – Relatório de Primeiro Ano**. MEC: Brasília, 2009.
- MOURA, D. M de. POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS PROUNI E FIES: democratização do acesso ao ensino superior. In: XI Seminário Internacional de demandas sociais e políticas públicas na sociedade contemporânea, 9, 2014, Santa Cruz do Sul. **Anais ...** Santa Cruz: UNISC, 2014, p. 1-16.
- OLIVEIRA, D. A. As políticas educacionais no governo Lula: rupturas e permanências. **RBPAE**, Brasília, v. 25, n. 2, p. 197-209, mai./ago. 2009.
- PEREIRA, T. I; SILVA, L. F. S. C da. As políticas públicas do ensino superior no governo Lula: expansão ou democratização? **Debates**, Porto Alegre, v.4, n.2, p. 10-31, jul.-dez. 2010.
- SARAIVA, L. A. S; NUNES, A de. S. A efetividade de programas sociais de acesso à educação superior: o caso do ProUni. **RAP**, Rio de Janeiro, v. 45, n. 4, p. 941-964, jul./ago. 2011.
- SEMESP. **Diretrizes de política pública para o ensino superior brasileiro**. São Paulo: SEMESP, 2018.

GUIDONI; COSTA, *As políticas públicas para educação superior no Brasil nos últimos trinta anos: uma visão geoeconômica*.

Doi: [10.51308/continentes.v1i23.443](https://doi.org/10.51308/continentes.v1i23.443)

SOUZA, C. Políticas públicas: Uma revisão de literatura. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 8, n. 16, p. 20-45, jul./dez. 2006.

TONEGUTTI, C. A; MARTINEZ, M. **A universidade nova, o REUNI e a queda da universidade pública.** 2007. Disponível em: <http://www.ia.ufrj.br/ppgea/conteudo/conteudo-2008-1/Educacao-MII/Texto%209.pdf>. Acesso em: 15 de mar. de 2022.

Data de Submissão: 16/05/2023

Data da Avaliação: 26/01/2024